

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	854.623.697
Preferenciais	0
Total	854.623.697
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	3.086.072	2.388.943
1.01	Ativo Circulante	692.669	35.954
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.756	3.666
1.01.02	Aplicações Financeiras	467.825	7.970
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	467.825	7.970
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	467.825	7.970
1.01.03	Contas a Receber	19.861	19.752
1.01.03.01	Clientes	19.853	19.752
1.01.03.01.01	Contas a Receber	19.853	19.752
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8	0
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	8	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.261	1.041
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.261	1.041
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	4.261	1.041
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.288	2.686
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.288	2.686
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.678	839
1.01.08.03	Outros	2.678	839
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.678	839
1.02	Ativo Não Circulante	2.393.403	2.352.989
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	290.339	281.784
1.02.01.04	Contas a Receber	30	41
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	30	41
1.02.01.07	Tributos Diferidos	288.814	280.106
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	288.814	280.106
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	370	433
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.125	1.204
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.125	1.204
1.02.03	Imobilizado	5.831	6.737
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	206	282
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.625	6.455
1.02.04	Intangível	2.097.233	2.064.468
1.02.04.01	Intangíveis	2.097.233	2.064.468
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.073.453	2.047.686
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	23.780	16.782

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	3.086.072	2.388.943
2.01	Passivo Circulante	112.228	179.684
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.897	9.453
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.897	9.453
2.01.02	Fornecedores	12.397	9.741
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.397	9.741
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.390	7.054
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.390	7.054
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	6.390	7.054
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	33.470	110.339
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	110.339
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	110.339
2.01.04.02	Debêntures	33.470	0
2.01.05	Outras Obrigações	48.420	43.097
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	28.523	25.157
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	28.523	25.157
2.01.05.02	Outros	19.897	17.940
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.376	7.317
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	9.879	8.361
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	618	592
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	1.024	1.670
2.01.06	Provisões	654	0
2.01.06.02	Outras Provisões	654	0
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	654	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.294.758	1.671.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.495.920	0
2.02.01.02	Debêntures	1.495.920	0
2.02.02	Outras Obrigações	730.368	1.597.637
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	634.006	1.462.297
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	634.006	1.462.297
2.02.02.02	Outros	96.362	135.340
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	26.525	11.162
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	62.806	119.034
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	4.925	5.144
2.02.02.02.10	Passivo financeiro regulatório	2.106	0
2.02.04	Provisões	68.470	73.752
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.396	50.265
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	50.396	50.265
2.02.04.02	Outras Provisões	18.074	23.487
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	18.074	23.487
2.03	Patrimônio Líquido	679.086	537.870
2.03.01	Capital Social Realizado	1.193.310	1.034.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-514.224	-496.919

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	113.139	105.862
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	87.772	91.980
3.01.02	Receita de serviços de construção	25.367	13.882
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.793	-120.576
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-46.426	-106.694
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-25.367	-13.882
3.03	Resultado Bruto	41.346	-14.714
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.108	-11.183
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.349	-8.257
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.349	-8.257
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-2.990
3.04.03.01	Provisão para redução ao valor recuperável	0	-2.990
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	241	64
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.238	-25.897
3.06	Resultado Financeiro	-62.251	-63.628
3.06.01	Receitas Financeiras	14.493	541
3.06.01.01	Receitas Financeiras	14.493	541
3.06.02	Despesas Financeiras	-76.744	-64.169
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-76.744	-64.169
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.013	-89.525
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.708	0
3.08.02	Diferido	8.708	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.305	-89.525
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.305	-89.525
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0221	-0,1359

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.305	-89.525
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.305	-89.525

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-375.131	47.646
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.674	60.960
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-17.305	-89.525
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	25.609	70.505
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-8.708	0
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-14.513	-104
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	36.911	45.992
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de financiamentos	1.784	2.255
6.01.01.12	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	35.265	0
6.01.01.14	Despesas / (receitas) Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	530	660
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	932	1.351
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	513	916
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	-344	16.416
6.01.01.19	Processo relicitação	0	47.528
6.01.01.20	Remuneração do ativo financeiro	0	-35.034
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-435.805	-13.314
6.01.02.01	Contas a receber	-90	-814
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-8	-95
6.01.02.04	Despesas antecipadas	461	386
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-3.220	-82
6.01.02.06	Outros créditos	-1.839	-185
6.01.02.07	Depósitos judiciais	79	0
6.01.02.08	Passivo financeiro repactuação	2.106	0
6.01.02.09	Fornecedores	-26.817	-1.024
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	1.639	-915
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	404	-426
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.444	893
6.01.02.13	Obrigações fiscais	-62.754	87
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	26	26
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.314	-2.886
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-4.721	-4.099
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	-5.417	114
6.01.02.19	Pagamento de juros	-352.665	-2.154
6.01.02.20	Outras contas a pagar	16.881	-2.140
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-469.870	-21.038
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-197	-15
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-24.331	-13.889
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	0	-6.267
6.02.10	Aplicação Financeira	-445.342	-867
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.037.091	-14.427
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-1.039	-966
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	-110.724	-13.461

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.13	Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	-509.667	0
6.03.14	Emissão de Debêntures	1.500.000	0
6.03.20	Aumento/devolução de capital social	158.521	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	192.090	12.181
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.666	7.194
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.756	19.375

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.034.789	0	0	-496.919	0	537.870
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.034.789	0	0	-496.919	0	537.870
5.04	Transações de Capital com os Sócios	158.521	0	0	0	0	158.521
5.04.01	Aumentos de Capital	158.521	0	0	0	0	158.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.305	0	-17.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.305	0	-17.305
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.193.310	0	0	-514.224	0	679.086

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.034.789	0	0	-1.762.144	0	-727.355
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.034.789	0	0	-1.762.144	0	-727.355
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-89.525	0	-89.525
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-89.525	0	-89.525
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.034.789	0	0	-1.851.669	0	-816.880

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	125.292	118.039
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	96.923	64.293
7.01.02	Outras Receitas	28.369	53.746
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	25.367	13.882
7.01.02.02	Outras receitas	2.133	35.910
7.01.02.03	Juros Capitalizados	869	3.954
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.594	-52.167
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-9.473	-8.675
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.221	-5.974
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-2.990
7.02.04	Outros	-31.900	-34.528
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-25.367	-13.882
7.02.04.02	Custo da Concessão	-2.677	-2.382
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	344	-16.416
7.02.04.04	Outros	-4.200	-1.848
7.03	Valor Adicionado Bruto	80.698	65.872
7.04	Retenções	-25.609	-70.505
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.609	-70.505
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	55.089	-4.633
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.493	541
7.06.02	Receitas Financeiras	14.493	541
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	69.582	-4.092
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	69.582	-4.092
7.08.01	Pessoal	9.469	9.214
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.924	6.910
7.08.01.02	Benefícios	2.116	1.843
7.08.01.03	F.G.T.S.	429	461
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	108	8.161
7.08.02.01	Federais	-4.755	3.507
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	4.862	4.653
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.006	18.444
7.08.03.01	Juros	37.050	0
7.08.03.02	Aluguéis	44	35
7.08.03.03	Outras	2.912	18.409
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	0	332
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	475	0
7.08.03.03.04	Outras	2.437	18.077
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.305	-89.525
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.305	-89.525
7.08.05	Outros	37.304	49.614
7.08.05.01	Juros Debêntures privadas	36.910	45.992
7.08.05.02	Juros Capitalizados sobre Debêntures Privadas	394	3.622

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 1T26

Comentário do Desempenho



Niterói, 14 de maio de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fluminense S.A. (“Companhia” ou “Fluminense”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026 (“1T26”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

INTRODUÇÃO

A Autopista Fluminense S.A. (“Companhia” ou “Fluminense”), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pelos 322 quilômetros da rodovia BR-101 RJ/Norte, no trecho que liga a cidade de Niterói a Campos dos Goytacazes, fazendo divisa com o estado do Espírito Santo. A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2048.

A malha viária sob gestão da Companhia atravessa 13 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo polos econômicos e turísticos relevantes como Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras e Niterói. O trecho desempenha papel estratégico na integração entre as regiões Sudeste do País, além de conectar importantes bacias petrolíferas e destinos turísticos do litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. A operação conta com 5 praças de pedágio em funcionamento e apresenta perfil logístico diversificado, com significativa movimentação de veículos leves e pesados, refletindo a relevância econômica e turística da rodovia.

A Companhia realiza atividades de restauração, modernização, monitoramento, manutenção e operação da rodovia, além de prestar serviços de atendimento aos usuários e emergências. A infraestrutura inclui bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), passarelas, pontos de ônibus cobertos e sistemas tecnológicos de controle e comunicação de tráfego.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia registrou aumento de **0,5%** no tráfego no 1T26, com **13,1 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **44,3%** do tráfego representado por **veículos pesados** e **55,7%** por **veículos de leves**.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 96,9 milhões** no primeiro trimestre de 2026, com crescimento de **50,8%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem Ajustada

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 61,5 milhões** no 1T26, com margem ajustada de **70,1%**.

8ª Emissão de Debêntures

Em janeiro de 2026, foi aprovada a 8ª emissão de debêntures, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública sob o rito de registro automático (RCVM160). O montante total da emissão foi de R\$ 1.500,0 milhões, com remuneração atrelada ao CDI acrescido de spread de 1,38% a.a. Os recursos líquidos captados por meio desta emissão foram destinados à reforço de caixa da Emissora, reestruturação de capital (loan management), execução de Capex e outros propósitos corporativos.

Assinatura do Termo Aditivo

Em março de 2026, a Companhia celebrou o Termo Aditivo de Modernização do Contrato de Concessão da Autopista Fluminense S.A., prorrogando sua vigência por mais 22 anos. A medida assegura a continuidade da prestação do serviço público na BR-101/RJ e dá início a um novo ciclo de investimentos em infraestrutura rodoviária no Estado do Rio de Janeiro.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T26	1T25	Δ%
Total	13.117	13.052	0,5%
Leves	5.816	5.877	(1,0%)
Pesados	7.301	7.176	1,7%

A Fluminense registrou 13,1 milhões de veículos equivalentes no 1T26, aumento de 0,5% em comparação ao mesmo período no ano anterior. Os veículos pesados totalizaram 5,8 milhões, redução de 1,0%. O crescimento para os veículos pesados foi favorecido pelo aumento em exportações e importações, no qual o Porto do Rio de Janeiro manteve papel estratégico como corredor logístico. Já a redução de veículos leves se dá pela isenção de motocicletas que entrou em vigor em 10 de março com a assinatura do Termo Aditivo ao contrato de concessão. O *mix* de tráfego foi composto por 44,3% de veículos pesados e 55,7% de leves.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	1T26	1T25	Δ%
Tarifa Média	7,39	4,93	50,0%

A tarifa média da Fluminense foi de R\$ 7,39 no 1T26, uma alta de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os aumentos estão relacionados a assinatura do Termo de Autocomposição do contrato de concessão, em julho/25, que passou a desconsiderar o excedente tarifário a partir dessa data. Além do reajuste de inflação da tarifa aplicado em junho/25 baseado no IPCA.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Receita Bruta	124.182	114.021	8,9%
Receitas de pedágio	96.923	64.293	50,8%
Receitas de construção	25.367	13.882	82,7%
Remuneração do ativo financeiro	-	35.034	(100,0%)
Outras receitas	1.892	812	133,0%
Deduções	(11.043)	(8.159)	35,3%
Receita Operacional Líquida	113.139	105.862	6,9%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	87.772	56.946	54,1%

1: Excluindo a Receita de Construção e a Remuneração do Ativo Financeiro

Receita de Pedágio

A Receita de Pedágio totalizou R\$ 96,2 milhões no primeiro trimestre de 2026, crescimento de 50,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço é majoritariamente explicado pela reclassificação

Comentário do Desempenho



contábil decorrente da assinatura do Termo de Autocomposição do contrato de concessão, em julho/25, que passou a reconhecer integralmente o excedente tarifário na linha de Receita de Pedágio, montante que, em períodos anteriores, era registrado em "Remuneração do Ativo Financeiro". Em menor magnitude, contribuíram para o incremento o reajuste tarifário aplicado em junho/25 e o aumento de tráfego nos períodos comparáveis.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 25,4 milhões no 1T26, aumento de 82,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa exclusivamente um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis às concessões.

Remuneração do Ativo Financeiro

A variação é majoritariamente explicada pela reclassificação contábil decorrente da assinatura do Termo de Autocomposição do contrato de concessão, em julho/25, por meio da qual o excedente tarifário passou a ser integralmente reconhecido na rubrica de Receita de Pedágio, montante que, em períodos anteriores, era registrado nesta linha. Trata-se de efeito exclusivamente contábil, sem impacto de caixa, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 2.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 1,9 milhão no primeiro trimestre de 2026, aumento absoluto de R\$ 1,1 milhão com relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada pelo recebimento de valores de receitas acessórias advinda de acordo.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(26.269)	(27.966)	(6,1%)
Pessoal	(9.470)	(9.213)	2,8%
Conservação	(4.110)	(3.631)	13,2%
Serviços de terceiros	(5.913)	(5.592)	5,7%
Seguros e garantias	(844)	(636)	32,7%
Verba de fiscalização	(1.827)	(1.749)	4,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(932)	(1.351)	(31,0%)
Outros	(3.173)	(5.794)	(45,2%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(37.815)	(103.793)	(63,6%)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(2.990)	(100,0%)
Custos de construção	(25.367)	(13.882)	82,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	344	(16.416)	(102,1%)
Depreciação e amortização	(12.792)	(70.505)	(81,9%)
Custos e Despesas Operacionais	(64.084)	(131.759)	(51,4%)

No 1T26, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 64,1 milhões, redução de 51,4% em relação ao 1T25, refletindo principalmente, efeitos não caixa observados no período comparativo, com destaque para depreciação e amortização e provisões.

Desconsiderando os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais caixa somaram R\$ 26,3 milhões no 1T26, redução de 6,1% na comparação anual.

A variação é explicada, principalmente, por:

Comentário do Desempenho



- Outros custos e despesas, com redução relevante na comparação anual;
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, com menor constituição líquida no período;
- Conservação, com aumento associado ao maior volume de serviços operacionais.

A Companhia mantém foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, alinhada ao planejamento dos contratos de concessão.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(8.845)	(89.525)	(90,1%)
(+) IR e CSLL	(4.351)	-	-
(+) Resultado financeiro	62.251	63.628	(2,2%)
(+) Depreciação e amortização	12.792	70.505	(81,9%)
EBITDA¹	61.847	44.608	38,6%
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>70,5%</i>	<i>48,5%</i>	<i>22,0 p.p.</i>
(+) Prov. para manutenção de rodovias	(344)	16.416	(102,1%)
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	-	2.990	(100,0%)
EBITDA Ajustado³	61.503	64.014	(3,9%)
<i>Margem EBITDA Ajustada²</i>	<i>70,1%</i>	<i>69,6%</i>	<i>0,5 p.p.</i>

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa.

O EBITDA totalizou R\$ 61,8 milhões no 1T26, aumento de 38,6% em relação ao 1T25, com expansão de 22,0 p.p na margem, refletindo, principalmente, efeitos não caixa registrados no período comparativo, com destaque para depreciação e amortização e provisões.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos não caixa, somou R\$ 61,5 milhões no 1T26, redução de 3,9% na comparação anual, com margem de 70,1% (+0,5 p.p.).

A variação do EBITDA Ajustado reflete, principalmente, a dinâmica dos custos e despesas operacionais caixa no período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Depreciação e Amortização	(12.792)	(70.505)	(81,9%)

As despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$ 12,8 milhões no 1T26, redução de 81,9% com relação ao mesmo período do ano anterior. A variação no trimestre reflete a reclassificação contábil de parte do ativo financeiro para o intangível, em função da extensão do prazo de devolução da concessão no contexto da relicitação.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(62.251)	(63.628)	(2,2%)
Receitas financeiras	14.493	541	2.578,9%
Despesas financeiras	(76.744)	(64.169)	19,6%
Variação cambial, líq.	-	-	-

O resultado financeiro foi de uma despesa de R\$ 62,3 milhões no primeiro trimestre de 2026, redução de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada pelo aumento das receitas financeiras, um valor absoluto de R\$ 13,6 milhões, impulsionadas por maior saldo de caixa no período.

IR e CSLL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
IR e CSLL	4.351	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	4.351	-	-

A despesa de IR e CSLL totalizou R\$ 4,4 milhões no 1T26, sem base comparável no mesmo trimestre do ano anterior. O montante foi composto por imposto diferido, decorrente de constituição de passivo fiscal diferido em razão da reversão/consumo de ativos fiscais diferidos associados a provisões de manutenção e outras diferenças temporárias. Trata-se de efeito contábil, não caixa.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Líquido	(8.845)	(89.525)	(90,1%)

A Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$ 8,8 milhões no primeiro trimestre de 2026, redução de 90,1%, em relação ao prejuízo de R\$ 89,5 milhões registrado no período comparável. A melhora do resultado líquido decorre principalmente da reversão da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida no 4T25, em função da assinatura do Termo de Autocomposição do contrato de concessão, em julho/25 e consequente extinção do processo de relicitação. Trata-se de efeito contábil, não caixa e não recorrente.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T26	4T25	Δ%
Dívida Bruta	1.529.390	110.339	1.286,1%
Curto Prazo	33.470	110.339	(69,7%)
Longo Prazo	1.495.920	-	-
Disponibilidades	663.581	11.636	5.602,8%
Caixa e equivalentes de caixa	663.581	11.636	5.602,8%
Dívida Líquida	865.809	98.703	777,2%

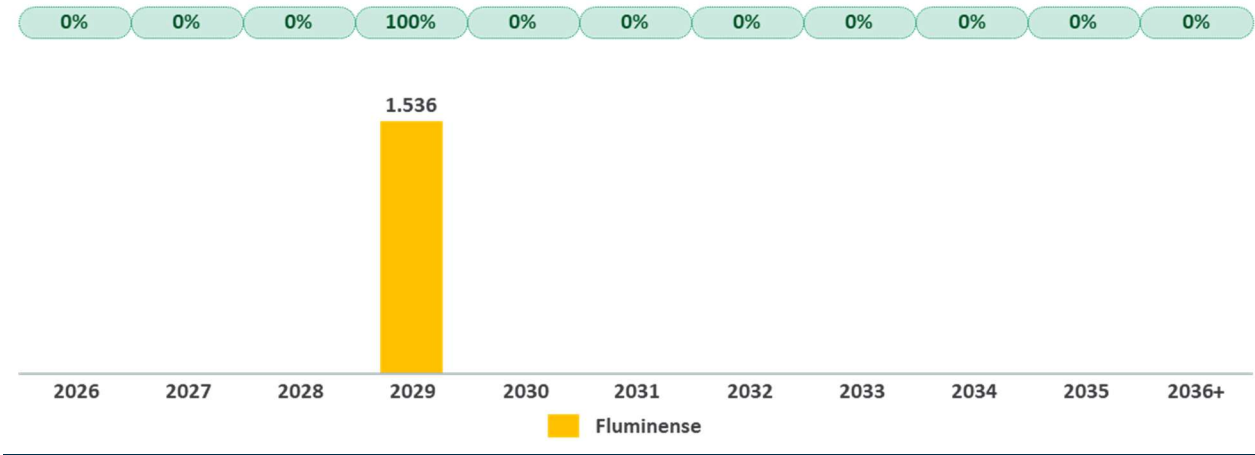
1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 1.529,4 milhões ao final do 1T26, aumento absoluto de R\$1.419,1 milhões. A variação se deve à 8ª emissão de debêntures emitida em fevereiro/26.

A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$ 865,8 milhões, crescimento absoluto de R\$ 767,1 milhões frente ao 4T25, enquanto a posição de caixa somou R\$ 663,6 milhões, aumento absoluto de R\$ 651,9 milhões no mesmo comparativo.

No 1T26, 100% da dívida da Companhia estava relacionada a 8ª emissão de debêntures, indexada ao CDI.

Aging da Dívida – março de 2026



Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T26	1T25	Δ%
Investimentos	29.349	17.496	67,7%

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$ 29,4 milhões no 1T26, aumento de 67,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada, sobretudo, pela mobilização de obras e pelos estudos conduzidos no âmbito da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de concessão.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 - 2048
Melhorias na infraestrutura	5.909.910
Recuperações/manutenções	1.668.622
Total	7.578.532

*Base Monetária: março/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Niterói, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Fluminense S.A

Informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 e relatório do auditor independente.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	195.756	3.666	Financiamentos	12	-	110.339
Aplicações financeiras	5	467.825	7.970	Debêntures	13	33.470	-
Contas a receber	6	19.853	19.752	Fornecedores	14	12.397	9.741
Contas a receber - partes relacionadas	16	8	-	Arrendamento mercantil a pagar	15	1.024	1.670
Despesas antecipadas		2.288	2.686	Obrigações sociais		10.897	9.453
Impostos a recuperar		4.261	1.041	Obrigações fiscais		6.390	7.054
Outros créditos		2.678	839	Contas a pagar - partes relacionadas	16	28.523	25.157
Total do ativo circulante		692.669	35.954	Cauções contratuais	14	8.376	7.317
				Taxa de fiscalização		618	592
				Provisão para manutenção em rodovias	18	654	-
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		9.879	8.361
Despesas antecipadas		370	433	Total do passivo circulante		112.228	179.684
IR e CS diferidos	7	288.814	280.106				
Depósitos judiciais	18	1.125	1.204	NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	6	30	41	Debêntures	13	1.495.920	-
Total do ativo realizável a longo prazo		290.339	281.784	Arrendamento mercantil a pagar	15	4.925	5.144
				Obrigações fiscais		62.806	119.034
				Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	16	634.006	1.462.297
Direito de uso	9	5.625	6.455	Passivo financeiro regulatório		2.106	-
Imobilizado	10	206	282	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	50.396	50.265
Intangível	11	2.073.453	2.047.686	Provisão para manutenção em rodovias	18	18.074	23.487
Infraestrutura em construção	11	23.780	16.782	Outras contas a pagar		26.525	11.162
				Total do passivo não circulante		2.294.758	1.671.389
Total do ativo não circulante		2.393.403	2.352.989			2.406.986	1.851.073
				TOTAL DO PASSIVO			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19	1.193.310	1.034.789
				Prejuízos acumulados		(514.224)	(496.919)
				Total do patrimônio líquido		679.086	537.870
TOTAL DO ATIVO		3.086.072	2.388.943	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.086.072	2.388.943

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	113.139	105.862
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(71.793)	(120.576)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		41.346	(14.714)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	21	(5.349)	(8.257)
Provisão para redução ao valor recuperável	8 e 11	-	(2.990)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		241	64
		(5.108)	(11.183)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		36.238	(25.897)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	14.493	541
Despesas financeiras	22	(76.744)	(64.169)
		(62.251)	(63.628)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(26.013)	(89.525)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	-	-
Diferidos	7	8.708	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(17.305)	(89.525)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	(0,0221)	(0,1359)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	31.03.2026	31.03.2025
PREJUÍZO DO PERÍODO	(17.305)	(89.525)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(17.305)	(89.525)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.034.789	(1.762.144)	(727.355)
Prejuízo do período	-	(89.525)	(89.525)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025	1.034.789	(1.851.669)	(816.880)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.034.789	(496.919)	537.870
Aumento de capital	158.521	-	158.521
Prejuízo do período	-	(17.305)	(17.305)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026	1.193.310	(514.224)	679.086

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(17.305)	(89.525)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		25.609	70.505
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(8.708)	-
Rendimentos com aplicações financeiras	22	(14.513)	(104)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	16	36.911	45.992
Juros e variações monetárias de financiamentos	12	1.784	2.255
Juros e variações monetárias de debêntures		35.265	-
Despesas financeira dos ajustes a valor presente		530	660
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	932	1.351
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	513	916
Constituição de provisão para manutenção	18	(344)	16.416
Processo relicitação	8	-	47.528
Remuneração do ativo financeiro	8	-	(35.034)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(90)	(814)
Contas a receber - partes relacionadas		(8)	(95)
Despesas antecipadas		461	386
Impostos a recuperar		(3.220)	(82)
Outros créditos		(1.839)	(185)
Depósitos judiciais		79	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(26.817)	(1.024)
Fornecedores - partes relacionadas		1.639	(915)
Cauções contratuais de fornecedores		404	(426)
Obrigações sociais		1.444	893
Obrigações fiscais		(62.754)	87
Utilização provisão de manutenção	18	(4.721)	(4.099)
Passivo financeiro regulatório		2.106	-
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	(1.314)	(2.886)
Taxa de Fiscalização		26	26
Custo de transação - empréstimo		(5.417)	114
Outras contas a pagar		16.881	(2.140)
Caixa líquido (consumido) proveniente das operações		(22.466)	49.800
Pagamento de juros	12, 13 e 16	(352.665)	(2.154)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades operacionais		(375.131)	47.646
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(197)	(15)
Aquisições de itens do intangível	23	(24.331)	(13.889)
Aplicação financeira vinculada		-	(6.267)
Aplicação financeira		(445.342)	(867)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(469.870)	(21.038)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	15	(1.039)	(966)
Pagamento empréstimos - principal	12	(110.724)	(13.461)
Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	16	(509.667)	-
Emissão de debêntures	13	1.500.000	-
Aumento de capital social	19	158.521	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.037.091	(14.427)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		192.090	12.181
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		3.666	7.194
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		195.756	19.375

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	20	96.923	64.293
Receita de serviços de construção	20	25.367	13.882
Outras receitas		2.133	35.910
Juros capitalizados	22	869	3.954
		<u>125.292</u>	<u>118.039</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(9.473)	(8.675)
Custo dos serviços de construção	21	(25.367)	(13.882)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.221)	(5.974)
Provisão para redução ao valor recuperável	8 e 11	-	(2.990)
Custo da concessão		(2.677)	(2.382)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	18	344	(16.416)
Outros		<u>(4.200)</u>	<u>(1.848)</u>
		<u>(44.594)</u>	<u>(52.167)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		80.698	65.872
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		<u>(25.609)</u>	<u>(70.505)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		55.089	(4.633)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	22	14.493	541
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>69.582</u></u>	<u><u>(4.092)</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		6.924	6.910
Benefícios		2.116	1.843
FGTS		429	461
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		(4.755)	3.507
Estaduais		1	1
Municipais		4.862	4.653
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		37.050	-
Juros capitalizados BNDES		-	332
Juros capitalizados Debêntures		475	-
Juros - Debêntures privadas		36.910	45.992
Juros capitalizados Debêntures privadas		394	3.622
Aluguéis		44	35
Outras		2.437	18.077
Prejuízo do período		<u>(17.305)</u>	<u>(89.525)</u>
		<u><u>69.582</u></u>	<u><u>(4.092)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade” ou “Fluminense”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Salas 902 e 903, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury L.L.C. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 30 de agosto de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 1 de agosto de 2025, conforme previsto nas regulamentações da Portaria 848/23 (Art 6º - § único), foi publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 2.318/2024 - TCU - Plenário. A Arteris, como controladora da Autopista Fluminense, deverá participar do Processo Competitivo, enquanto proponente, apresentando a documentação, conforme estipulada no Edital. Nessa mesma data, foi publicado no Diário Oficial da União a data da realização do leilão para o dia 11 de novembro de 2025.

Em 11 de novembro de 2025, ocorreu o leilão na Bolsa Balcão Brasil S.A. - B3 S.A., promovido por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O referido leilão atende o previsto no edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 2.318/2024 - TCU - Plenário publicado no Diário Oficial da União - DOU de 01 de agosto de 2025. O leilão é decorrente do processo de repactuação e, conforme previsto no edital do processo competitivo, o processo de relicitação da Sociedade, está extinto com a concretização da repactuação.

Em decorrência do não recebimento de propostas econômicas ao leilão, a Controladora Arteris continuará no controle acionário da Autopista Fluminense. Com a publicação do resultado do Processo competitivo, será celebrado o termo aditivo de modernização do contrato de concessão da Sociedade, preservando a continuidade da prestação do serviço público na BR-101/RJ, por mais 22 (vinte e dois) anos, contados a partir do início de vigência do termo aditivo, que se dará a partir da assinatura do respectivo termo.

Em 18 de dezembro de 2025, foi publicado no diário oficial da União - DOU a Deliberação nº 496 da diretoria colegiada da ANTT onde foi homologado o resultado do processo competitivo que a Arteris foi vencedora. Esse documento homologa a vitória da Arteris no processo competitivo simplificado realizado em novembro de 2025.

Em 6 de março de 2026, a Sociedade celebrou com a União, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão Original da Rodovia Federal BR-101/RJ (Edital 004/2007). O referido aditivo prorrogou o prazo da concessão por mais 22 anos, com prazo de

Notas Explicativas

vigência até o mês de março de 2048, tendo por objeto a exploração da infraestrutura e a prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, assegurando a manutenção dos níveis de serviço do sistema rodoviário.

O Contrato de Concessão passa, assim, a vigorar integralmente conforme as cláusulas e condições estabelecidas no referido Termo Aditivo, Programa de Exploração da Rodovia - PER e no Edital e anexos do Edital.

O não atendimento das obrigações contratuais previstas no Contrato assim como em seus anexos, ensejará a aplicação das penalidades previstas no Contrato e nas demais disposições legais e regulamentares da ANTT, podendo inclusive, em casos extremos, resultar na caducidade da Concessão.

A Concessão é remunerada mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receita, conforme os termos do Contrato.

A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que os impactos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026 em decorrência dos fatos acima descritos, refletem as mudanças no modelo de negócio, de acordo com norma ICPC 01 (R1 - Contratos de Concessão). Os reflexos contábeis na continuidade do controle da Sociedade pela Controladora Arteris, foram a reversão do *impairment* e a conversão dos efeitos do ativo financeiro em direito de outorga e intangível, conforme notas explicativas nº 8 e nº 11.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio no km 252 da BR-101/RJ. Desde a assinatura do contrato de concessão original, a Sociedade assumiu compromissos de implantação, recuperação, manutenção e operação da malha rodoviária concedida, incluindo duplicações, vias marginais, OAEs, BSO's, praças de pedágio, faixas adicionais, dispositivos e ações de conservação.

Repactuação do Contrato de Concessão:

Com a homologação do Termo de Autocomposição, a Sociedade passa a assumir a execução das obrigações contratuais nele previstas, devendo assegurar o atendimento integral aos Parâmetros de Desempenho e aos Parâmetros Técnicos. Tais obrigações contemplam a implementação de um conjunto de investimentos e a realização de obras ao longo do prazo da Concessão, observando os cronogramas e prazos de execução estabelecidos contratualmente, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- 50 km de duplicação;
- 82 km de multivias;
- 53 km de faixas adicionais;
- 14 km de vias marginais;
- 59 km de ciclovias e ciclofaixas;
- elaboração do projeto e licenciamento ambiental do contorno de Campos;
- 39 reforço/reforma de OAE's;
- 6 alargamento de OAE's;
- construção de 21 passarelas;
- construção de 40 pontos de ônibus;
- construção de 6 retornos;
- construção de 16 acessos;
- construção de 8 pontes;
- construção de 4 dispositivos em desnível;
- construção de 1 ponto de parada de descanso;
- implantação de 6 pórticos de *free flow*;
- dispositivo de passagem urbana em Casimiro de Abreu;
- variante de Itaboraí e trevo de manilha (entroncamento BR-493).

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Sociedade é responsável pela estruturação e operacionalização do sistema de cobrança de Tarifa de Pedágio nos termos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

As Tarifas de Pedágio são definidas de acordo com a categoria de veículos, considerando o número de eixos e o tipo de rodagem, conforme disposto no Multiplicador da Tarifa no Contrato de Concessão.

Estão isentos de cobrança de pedágio as motocicletas, ambulâncias e veículos oficiais, nos termos da regulamentação aplicável. Adicionalmente, é concedido Desconto Básico de Tarifa (DBT) fixo de 5% (cinco por cento) sobre o valor da tarifa para pagamentos realizados por meio de sistema eletrônicos de identificação automática de veículos.

Notas Explicativas

A Sociedade também concede Desconto a Usuários Frequentes (DUF), aplicável aos veículos das categorias: 1 (automóvel, caminhonete e furgão), 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizem meios de pagamento eletrônico. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela Sociedade, nos termos e condições estabelecidos no Contrato. No primeiro ano da Concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à apuração realizada pela Sociedade. Após o primeiro ano, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano apuração mensal.

O Contrato de Concessão prevê mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a serem pactuados entre as partes, desde que observadas as condições contratuais e a matriz de risco estabelecida.

A apuração de eventos reequilíbrios será realizado anualmente, conforme critérios e procedimentos definidos no Contrato.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da repactuação do contrato de concessão, são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. Com a repactuação o valor anual, referente à de verba de fiscalização, é de R\$11.740, em valor nominal, o qual será recolhido corrigido pelo IPCA, conforme previsto no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio;
- (b) Nova matriz de riscos com nova distribuição de riscos entre o poder concedente e concessionária, para os riscos mais relevantes: cambial, demanda, insumos, geotécnicos, desapropriação e desocupação, licenciamento ambiental, extraordinários (insumos e demanda) e residuais;
- (c) Introdução dos Descontos Básicos de Tarifa (DBT) de 5% por uso de tags de pagamento automático e Descontos de Usuário Frequente (DUF) progressivos quando o usuário passar pela mesma praça (e sentido) ao longo de um mês;
- (d) Regulação por incentivos por meio de degraus e reclassificações tarifárias condicionadas à entrega de pacotes de obras durante o período de transição e, posteriormente, pela execução de obras de ampliação de capacidade (duplicação ou faixas adicionais);
- (e) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização do Poder Concedente, nos termos do art.36 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a qual deverá cobrir, no mínimo, as parcelas dos investimentos realizados e vinculados aos bens reversíveis, não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizadas para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Sociedade estima em 31 de março de 2026, o montante de R\$5.909.910 (R\$6.228.241 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$1.668.622 (R\$1.122.919 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do novo prazo mediante à repactuação do contrato de concessão da Sociedade.

As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o novo cenário pós repactuação, extensão de prazo em 22 anos, considerando todas as inovações regulatórias incluindo novo fluxo de receitas, compartilhamento de riscos, novos investimentos e demais inovações contratuais, o teste de *impairment* realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, demonstrou a necessidade de reversão das provisões de perdas anteriormente registradas no período de relicitação. O montante revertido (efeito não caixa) foi de R\$1.204.735 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025, registrado como reversão da rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 11.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, portanto nessa data base os seus ativos não foram submetidos para fins de teste de *impairment*.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

Notas Explicativas

Em 05 de janeiro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e a ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa. O valor de referência do presente TAC Multas após o desconto de 40% é de R\$125.825, que corresponde ao somatório das penalidades pecuniárias previstas no âmbito dos processos administrativos não transitado em julgado. Com base nos valores das multas negociadas com a ANTT, resultaram em um desconto de R\$83.883, no entanto o impacto no resultado da Sociedade, em 31 de março de 2025, foi de R\$2.990 refletindo o ajuste às estimativas das contingências regulatórias administrativas já deduzidas do ativo financeiro conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*, observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A elaboração segue, também, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Sociedade.

Notas Explicativas

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026.

A Sociedade continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

4.2 Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Sociedade, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Notas Explicativas

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

Notas Explicativas

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias	573	868
Aplicações financeiras (a)	195.183	2.798
Total	195.756	3.666
Fundos de investimentos (b)	467.825	7.970
Total	467.825	7.970

a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, 101,64% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,26% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissadas, DPGE, LF e LTN-Over considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e apresentam remuneração equivalente, em média, 101,64% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,26% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	19.153	-	19.040	-
Cartões de pedágio a receber (a)	693	-	691	-
Receitas acessórias a receber (b)	13	30	68	41
Outras receitas a receber	42	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (c)	(48)	-	(48)	-
Total	19.853	30	19.752	41

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

(c) Refere-se a perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso de faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Notas Explicativas

Cronograma de recebimento:

	31.03.2026		31.12.2025	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	19.853	30	18.931	41
Créditos vencidos até 60 dias	-	-	427	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	394	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	48	-	48	-
	19.901	30	19.800	41

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.013)	(89.525)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	8.844	30.439
Outras diferenças permanentes	(136)	(82)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	(30.357)
Total	8.708	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	-	-
Diferido	8.708	-
	8.708	-
Alíquota efetiva de impostos	(33%)	0%

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2026	31.12.2025
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.908.333	1.479.851
Provisão de participação nos lucros	3.777	2.969
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	50.396	50.265
Outras provisões	4.196	4.371
Provisão para manutenção de rodovias	18.728	23.487
Arrendamentos	325	358
Valor recuperável - ativo intangível e financeiro líquido	55.473	-
Provisão para perdas esperadas	48	48
Amortização da outorga (f)	12.913	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	2.054.189	1.561.349
Alíquota nominal	34%	34%
Total	698.424	530.859

Notas Explicativas

<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	59.598	59.598
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(578)	(578)
Reversão das provisões ativo financeiro (d)	-	467.225
Reversão <i>Impairment</i> (e)	(1.204.735)	(1.204.735)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(1.204.735)	(737.510)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(409.610)	(250.753)
Base do imposto de renda e contribuição social	288.814	280.106
Impostos diferidos não constituídos	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	288.814	280.106

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	16.728	98.046
Provisão de participação nos lucros	808	668
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	131	(619)
Outras provisões	(175)	41
Provisão para manutenção de rodovias	(4.759)	12.909
Arrendamentos	(33)	(27)
Valor recuperável - Ativo Intangível e Financeiro Líquido	-	(23.067)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	-	1.346
Amortização estorno de capitalização de juros	-	(13)
Amortização da outorga (f)	12.913	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	25.613	89.284
Alíquota nominal	34%	34%
Total	8.708	30.357
Composição dos impostos:		
Impostos diferidos não constituídos	-	30.357
Impostos de renda e contribuição social constituídos	8.708	-
Total do imposto de renda e contribuição social	8.708	30.357

- (a) Em razão da repactuação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mudança de cenário, a continuidade da concessão e as novas projeções de resultados positivos passam a fornecer evidência objetiva para o reconhecimento dos impostos diferidos, revertendo a baixa anteriormente registrada. Dessa forma, o reconhecimento do ativo fiscal está condicionando à existência de expectativa de geração futura de lucros tributáveis.
- (b) Referem-se às provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.
- (d) Com a repactuação houve a reversão dos efeitos relacionados ao ativo financeiro.
- (e) Com a repactuação, foi revertida a provisão de *impairment*.
- (f) Amortização da outorga constituída em razão da celebração do termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão da Sociedade.

8. ATIVO FINANCEIRO

Em 15 de junho de 2022, a ANTT aprovou celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a Sociedade, estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. Em continuidade ao processo iniciado em junho de 2022, em 20 de março de 2024 foi celebrado o 3º termo aditivo e em 21 de março de 2025 o 4º termo aditivo ao contrato de concessão.

Durante o período de relicitação, os valores que a Administração da Sociedade estimou que poderia reaver dos investimentos não amortizados mediante indenização, foram reclassificados de ativo intangível para ativo financeiro, tendo seu saldo atualizado, pela inflação (IPCA), desde a data da disponibilização de cada investimento até 11 de novembro de 2025, quando ocorreu o leilão de repactuação.

Notas Explicativas

Durante o período de reliberação até o exercício de 2025, os valores do ativo financeiro indenizável foram escopo de constantes atualizações a luz da evolução dos trabalhos internos, de forma que a Fluminense, no uso de seu melhor juízo e com base nas mais recentes estimativas, apresentou os seguintes movimentos, no período findo em 31 de março de 2025:

<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>Remunerações (a)</u>	<u>Transferências / Reclassificações (b)</u>	<u>Outros (c)</u>	<u>31.03.2025</u>
Ativo financeiro indenizável	895.201	35.034	(89.815)	(47.528)	792.892
Total	895.201	35.034	(89.815)	(47.528)	792.892

(a) Refere-se as atualizações monetárias do ativo financeiro, conforme previsto na Lei 13.448/17, vide nota explicativa nº 20.

(b) (R\$97.741) referente a reversão da constituição do ativo financeiro em razão da extensão do prazo de reliberação e R\$7.926 referente a execução de obras indenizáveis de janeiro a março de 2025.

(c) Valores referentes reversão para redução ao valor recuperável compostos por:

	<u>31.03.2025</u>
Perda entre a diferença da tarifa de pedágio autorizada e calculada (excedente tarifário)	(28.392)
Atualização financeira sobre o excedente tarifário	(16.146)
Valor adicionado ao ativo financeiro referente ao ajuste da dedução das contingências regulatórias administrativas em razão do TAC Multas. O referido valor foi contabilizado sob a rubrica "Provisão para redução ao valor recuperável"	(2.990)
	<u>(47.528)</u>

Em 18 de dezembro de 2025, ocorreu a homologação pela ANTT do Leilão realizado pela B3, o que habilitou a Arteris permanecer no controle da Fluminense. Em decorrência desse evento, os saldos anteriormente registrados como ativo financeiro foram revertidos para a constituição do direito de outorga e do ativo intangível, portanto para o período findo em 31 de março de 2026, não há mais saldos na rubrica de ativo financeiro.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2025	12.772	6.153	1.210	1.965	86	3.297	25.483
Remensurações	182	-	(7)	135	7	148	465
Baixas	(12.954)	-	-	-	-	-	(12.954)
Saldo em 31.03.2026	-	6.153	1.203	2.100	93	3.445	12.994
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(12.278)	(615)	(1.038)	(1.791)	(82)	(3.224)	(19.028)
Amortização	(676)	(241)	(28)	(233)	(6)	(111)	(1.295)
Baixas	12.954	-	-	-	-	-	12.954
Saldo em 31.03.2026	-	(856)	(1.066)	(2.024)	(88)	(3.335)	(7.369)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	494	5.538	172	174	4	73	6.455
Saldo em 31.03.2026	-	5.297	137	76	5	110	5.625
Taxas de amortização - a.a.	19%	16%	15%	18%	16%	11%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	11.942	2.817	939	855	82	2.815	19.450
Remensurações	68	430	274	397	(10)	177	1.336
Saldo em 31.03.2025	12.010	3.247	1.213	1.252	72	2.992	20.786
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(9.483)	(2.741)	(879)	(794)	(63)	(2.776)	(16.736)
Amortização	(697)	(249)	(71)	(208)	(5)	(110)	(1.340)
Saldo em 31.03.2025	(10.180)	(2.990)	(950)	(1.002)	(68)	(2.886)	(18.076)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	2.459	76	60	61	19	39	2.714
Saldo em 31.03.2025	1.830	257	263	250	4	106	2.710
Taxas de amortização - a.a.	23%	31%	23%	50%	28%	15%	

- a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- c) Refere-se a veículos administrativos.
- d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- e) Refere-se a impressoras.
- f) Refere-se a locação da sede administrativa e escritórios.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2025	1.681	5.053	569	2.377	3.922	13.602
Adições	3	194	-	-	-	197
Saldo em 31.03.2026	1.684	5.247	569	2.377	3.922	13.799
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2025	(1.544)	(4.908)	(569)	(2.377)	(3.922)	(13.320)
Depreciação	(139)	(134)	-	-	-	(273)
Saldo em 31.03.2026	(1.683)	(5.042)	(569)	(2.377)	(3.922)	(13.593)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2025	137	145	-	-	-	282
Saldo em 31.03.2026	1	205	-	-	-	206
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%				

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.413	4.902	569	2.377	3.922	13.183
Adições	-	15	-	-	-	15
Saldo em 31.03.2025	1.413	4.917	569	2.377	3.922	13.198
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.344)	(4.708)	(533)	(2.328)	(3.854)	(12.767)
Depreciação	(69)	(202)	(36)	(49)	(68)	(424)
Saldo em 31.03.2025	(1.413)	(4.910)	(569)	(2.377)	(3.922)	(13.191)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	69	194	36	49	68	416
Saldo em 31.03.2025	-	7	-	-	-	7
Taxas de depreciação - a.a.	28%	34%	48%	11%	24%	

Notas Explicativas

11. INTANGIVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	Direito de outorga da concessão (c)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em Construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2025	2.517.898	-	713.952	13.189	1.088	3.246.127	16.782	3.262.909
Adições	17.798	-	30.110	68	441	48.417	5.867	54.284
Transferências/reclassificações	1.445	-	-	-	(25)	1.420	(1.420)	-
Outros (e)	(106)	-	-	77	-	(29)	2.551	2.522
Saldo em 31.03.2026	<u>2.537.035</u>	<u>-</u>	<u>744.062</u>	<u>13.334</u>	<u>1.504</u>	<u>3.295.935</u>	<u>23.780</u>	<u>3.319.715</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2025	(1.190.686)	-	-	(7.755)	-	(1.198.441)	-	(1.198.441)
Amortização	(15.056)	-	(8.136)	(849)	-	(24.041)	-	(24.041)
Saldo em 31.03.2026	<u>(1.205.742)</u>	<u>-</u>	<u>(8.136)</u>	<u>(8.604)</u>	<u>-</u>	<u>(1.222.482)</u>	<u>-</u>	<u>(1.222.482)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2025	1.327.212	-	713.952	5.434	1.088	2.047.686	16.782	2.064.468
Saldo em 31.03.2026	1.331.293	-	735.926	4.730	1.504	2.073.453	23.780	2.097.233
Taxas de amortização - a.a. (f)	5%		10%	20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	Direito de outorga da concessão (c)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em Construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2024	1.224.112	(712.471)	-	8.422	1.088	521.151	-	521.151
Adições	17.812	-	-	-	-	17.812	-	17.812
Transferências/reclassificações	25	-	-	-	(25)	-	-	-
Transferência ativo financeiro (g)	89.815	-	-	-	-	89.815	-	89.815
Saldo em 31.03.2025	<u>1.331.764</u>	<u>(712.471)</u>	<u>-</u>	<u>8.422</u>	<u>1.063</u>	<u>628.778</u>	<u>-</u>	<u>628.778</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2024	(1.129.992)	676.909	-	(7.724)	-	(460.807)	-	(460.807)
Amortização	(103.608)	-	-	(695)	-	(104.303)	-	(104.303)
Amortização da redução ao valor recuperável (h)	-	35.562	-	-	-	35.562	-	35.562
Saldo em 31.03.2025	<u>(1.233.600)</u>	<u>712.471</u>	<u>-</u>	<u>(8.419)</u>	<u>-</u>	<u>(529.548)</u>	<u>-</u>	<u>(529.548)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2024	94.120	(35.562)	-	698	1.088	60.344	-	60.344
Saldo em 31.03.2025	98.164	-	-	3	1.063	99.230	-	99.230
Taxas de amortização - a.a. (f)	40%	40%		47%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Em decorrência da repactuação do contrato de concessão no final do exercício de 2025, a provisão de *impairment* foi revertida ao intangível.

(c) Constituição do direito de outorga referente a repactuação do contrato de concessão no final do exercício de 2025.

(d) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no aditivo do contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(e) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.

(f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

(g) Reclassificação de ativo financeiro dos ativos reversíveis, durante período de relicitação, no início do exercício de 2025, vide nota explicativa nº 9. Com a repactuação do contrato, no final do exercício de 2025, o ativo financeiro foi revertido ao direito de outorga e ao intangível.

(h) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), durante período de relicitação, no início do exercício de 2025. Com a repactuação do contrato, no final do exercício de 2025, os valores referente ao *impairment* foram revertidos ao intangível.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade complementou no montante de R\$869 (R\$3.954 em 31 de março de 2025) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2026 foi de 0,31% a.a. e em 2025 foi de 1,61% a.a., do total de juros provisionados no período.

Análise de impairment

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis de 31 de março de 2026, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

O teste de *impairment* realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, indicou a necessidade de reversão das provisões de perdas anteriormente reconhecidas no período de relicitação. O montante revertido (efeito não caixa) totalizou R\$1.204.735 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

<u>Modalidades</u>	<u>Taxas de juros efetivas</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Garantias</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Nota Comercial	CDI + 1,65%	dez-26	Fiança da controladora Arteris S.A.	-	111.272
				-	111.272
			Custo de transação	-	(933)
			Total geral	-	110.339
			Circulante	-	110.339
			Não circulante	-	-
			Total	-	110.339

As movimentações de financiamentos são como segue:

<u>Moeda nacional</u>	<u>31.03.2026</u>			<u>31.03.2025</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	111.272	-	111.272	55.771	54.862	110.633
Juros provisionados	1.784	-	1.784	2.587	-	2.587
Amortização de principal	(110.724)	-	(110.724)	(13.461)	-	(13.461)
Pagamento de juros	(2.332)	-	(2.332)	(2.154)	-	(2.154)
Transferência	-	-	-	14.383	(14.383)	-
	-	-	-	57.126	40.479	97.605
Custo de transação	-	-	-	(457)	(305)	(762)
Saldo final	-	-	-	56.669	40.174	96.843

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é substancialmente próximo aos seus respectivos valores contábeis. Os valores contábeis são uma estimativa adequado do valor justo, uma vez que esses instrumentos financeiros possuem características específicas e condições particulares de financiamento, não havendo diferença relevante entre o custo amortizado e o valor justo calculado com base em taxas de mercado observáveis para instrumentos de prazo e risco similares.

Em 6 de fevereiro de 2026, foi realizado o resgate antecipado total da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais da Autopista Fluminense S.A., no montante de R\$110.724, com o consequente cancelamento integral dos referidos títulos pela Emissora nessa data. Em decorrência desse resgate, em 31 de março de 2026, não havia saldos a título de notas comerciais registrados nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2026	31.12.2025
8ª emissão - série única	1.500.000	CDI + 1,38%	jan-29	1.535.740	-
				1.535.740	-

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2026		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Captações/Renovações	-	1.500.000	1.500.000
Juros provisionados	35.740	-	35.740
	35.740	1.500.000	1.535.740
Custo de transação	(2.270)	(4.080)	(6.350)
Saldo final	33.470	1.495.920	1.529.390

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
15.01.2026	1.000	1.500	15.01.2026	1.500.000
	1.000			1.500.000

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2029	1.500.000
	1.500.000

8ª Emissão de Debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, foi aprovada a 8ª emissão de Debêntures da Sociedade, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública sob o rito de registro automático (RCVM 160). O montante total da emissão foi de R\$1,5 bilhão, com remuneração atrelada ao CDI acrescido de spread de 1,38% a.a. As debêntures contam com fiança prestada pela controladora Arteris S.A. Os recursos líquidos captados por meio desta emissão foram destinados à reforço de caixa da Emissora, reestruturação de capital (loan management), execução de Capex e outros propósitos corporativos. Do montante total da referida emissão de debêntures, R\$860 milhões foi creditado diretamente para a controladora Arteris para a amortização da 5ª emissão e liquidação da 6ª emissão das debêntures privadas, conforme abaixo:

Debêntures privadas	Principal	Juros	Total
5ª Emissão - série única	120.900	85.537	206.437
6ª Emissão - série única	388.767	264.796	653.563
Total de liquidação	509.667	350.333	860.000

Garantias

A 8ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A..

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 8ª emissão de debêntures

A 8ª emissão de debêntures da Autopista Fluminense S.A. prevê cláusula financeira vinculada à Fiadora, nos termos da qual deve ser observado, trimestralmente, a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2025 e até a liquidação integral das debêntures, o índice Dívida Líquida Consolidada / (EBITDA Ajustado Consolidado - Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado), o qual deverá ser inferior ou igual a 4,50.

Notas Explicativas

Na hipótese de não observância do referido índice, será facultada à Fiadora, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data de sua apuração, a realização de aporte de recursos, inclusive por meio de aumento de capital integralizado em moeda corrente nacional ou pagamento de debêntures ou dívidas intercompany, em montante suficiente para reenquadramento do índice. Durante o período compreendido entre o aporte e a próxima apuração, ficará vedado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Fiadora, exceto pelo dividendo obrigatório previsto em seu estatuto social.

O índice é apurado com base nas informações financeiras consolidadas da Fiadora, considerando: (i) Dívida Líquida Consolidada, líquida de disponibilidades; (ii) EBITDA Ajustado Consolidado dos últimos 12 (doze) meses, com os ajustes previstos na escritura; e (iii) Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado correspondente aos pagamentos realizados ao poder concedente nos últimos 12 (doze) meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2026, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$12.397 (R\$9.741 em 31 de dezembro de 2025), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$8.376 (R\$7.317 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.670	5.144	6.814	2.934	-	2.934
Remensurações	467	(2)	465	1.165	171	1.336
Utilizações (*)	(1.554)	-	(1.554)	(1.435)	-	(1.435)
Ajuste a valor presente - AVP	224	-	224	68	-	68
Transferências	217	(217)	-	7	(7)	-
	1.024	4.925	5.949	2.739	164	2.903

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$1.039 (R\$966 em 31 de março de 2025).

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2026 são respectivamente R\$26 e R\$118 para PIS e Cofins (R\$24 e R\$109, respectivamente, em 31 de março de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2026 é de 14,94% a.a. (8,44% a.a. em 31 de março de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, as despesas relativas a arrendamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	31.03.2026	31.03.2025
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos com prazo inferior a 12 meses
Guinchos	14	14
Máquinas e Equipamentos	5	5
	19	19

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures privadas para capital de giro, execução de obras e manutenção de rodovias.

Notas Explicativas

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2026 e 2025, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31.03.2026	31.12.2025
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	28.523	25.149
Fernão Dias S.A. (a)	-	8
Passivos com partes relacionadas circulante	28.523	25.157
Total do passivo circulante	28.523	25.157
<u>Passivo não circulante</u>	31.03.2026	31.12.2025
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	634.006	1.462.297
Empréstimos partes relacionadas não circulante	634.006	1.462.297
Total do passivo não circulante	634.006	1.462.297

	31.03.2026			31.03.2025	
Passivos Circulante e Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.462.297	1.462.297	1.400.879	1.400.879
Juros provisionados	-	37.305	37.305	49.614	49.614
Amortização/Recebimento de principal	(509.667)	-	(509.667)	-	-
Pagamento/Recebimento de juros	(350.333)	-	(350.333)	-	-
IR retido	-	(5.596)	(5.596)	(7.442)	(7.442)
Transferências	860.000	(860.000)	-	-	-
Saldo final	-	634.006	634.006	1.443.051	1.443.051

<u>Despesas financeiras (b)</u>	31.03.2026	31.03.2025
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A. (a)	(37.305)	(49.614)
Juros Capitalizados	394	3.622
Total	(36.911)	(45.992)

<u>Despesas gerais (a)</u>	31.03.2026	31.03.2025
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A. (a)	(2.480)	(2.527)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Fernão Dias S.A.	-	(9)
Total	(2.480)	(2.536)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a e 7^a emissões de debêntures privadas, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread que variam de 1% a 1,6% ao ano e tem vencimento do principal e juros previsto para 31 de dezembro de 2028.

Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2026		31.12.2025	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	31.12.2028	CDI + 1,5% a.a.	72.004	137.739	72.004	130.483
03.07.2015	31.12.2028	CDI + 1,5% a.a.	12.000	22.040	12.000	20.864
19.10.2015	31.12.2028	CDI + 1,5% a.a.	35.000	60.338	35.000	57.053
21.05.2018	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	159.100	135.785	280.000	209.317
22.03.2021	31.12.2028	CDI + 1,6% a.a.	-	-	388.767	256.809
			278.104	355.902	787.771	674.526
Total de debêntures a pagar			634.006		1.462.297	

No decorrer do período findo de 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.346 (R\$1.018 em 31 de março de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$550 (R\$544 em 31 de março de 2025), relativos à diretoria da Sociedade e R\$796 (R\$474 em 31 de março de 2025), relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração anual em até R\$2.625 sem encargos para o exercício de 2026 (R\$2.525 para o exercício de 2025).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.777 e R\$2.969.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2026
Cíveis	50.050	2.081	(1.184)	(1.064)	513	50.396
Trabalhistas	215	250	(215)	(250)	-	-
Total	50.265	2.331	(1.399)	(1.314)	513	50.396

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	49.653	4.423	(3.123)	(2.853)	947	49.047
Trabalhistas	650	735	(880)	163	(31)	637
Regulatórios	-	196	-	(196)	-	-
Total	50.303	5.354	(4.003)	(2.886)	916	49.684

Após a assinatura do termo aditivo do contrato de concessão em 15 de junho de 2022, o saldo provisionado referente a multas regulatórias foi baixado contra o ativo financeiro conforme previsto na Lei 13.448/17 e mencionado na nota explicativa nº 8.

A Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Cíveis	8.773	8.878
Trabalhistas	1.243	673
Regulatórios	11.605	17.344
Fiscais	7.106	2.209
Total	28.727	29.104

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.125 em 31 de março de 2026 (R\$1.204 em 31 de dezembro de 2025) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,49% a.a. em 31 de março de 2026 (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo, é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	Circulante	Não Circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	-	23.487	23.487
Adições/Reversões	(18.265)	17.921	(344)
Utilizações	(4.721)	-	(4.721)
Ajuste a valor presente	306	-	306
Transferências	23.334	(23.334)	-
Saldo em 31.03.2026	654	18.074	18.728

	Circulante	Não Circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	28.153	-	28.153
Adições/Reversões	16.416	-	16.416
Utilizações	(4.099)	-	(4.099)
Ajuste a valor presente	592	-	592
Saldo em 31.03.2025	41.062	-	41.062

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$4.821 (R\$3.592 em 31 de março de 2025).

Notas Explicativas

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 é de R\$1.193.310, composto por 854.623.697 ações ordinárias e sem valor nominal (R\$1.034.789 e 658.918.293 ações, em 31 de dezembro de 2025).

Em 2 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$158.521, mediante a emissão de 195.705.404 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$0,81 (oitenta e um centavos). As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista Arteris S.A. em moeda corrente.

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido do exercício, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e Prejuízos acumulados

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, e absorção dos prejuízos acumulados, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Receita de serviços prestados	96.923	64.293
Receita de serviços de construção	25.367	13.882
Outras receitas	1.892	812
Remuneração do ativo financeiro (*)	-	35.034
Receita bruta	124.182	114.021
ISSQN	(4.847)	(4.635)
PIS	(642)	(607)
COFINS	(2.963)	(2.802)
Outras deduções	(2.591)	(115)
Receita líquida	113.139	105.862

(*) Remuneração do ativo financeiro reconhecida em razão do processo de relicitação, conforme previsto no artigo 12 da Resolução 5.860/2019 que prevê que os valores dos bens indenizáveis serão reajustados pelo IPCA, a partir da data em que o ativo estiver disponível para uso, até a data da extinção antecipada do contrato de concessão, onde o reajuste dos ativos (IPCA) que foram disponibilizados para uso do início da concessão até junho de 2022 estão sendo reconhecidos pelo novo período de concessão, e a atualização do saldo do ativo financeiro atualizado pelo IPCA corrente de cada mês, com o advento da assinatura

Notas Explicativas

da prorrogação do prazo, o reconhecimento da atualização dos ativos que foram disponibilizados para uso desde o início da concessão até junho de 2022 foi diluído pelo novo prazo.

A remuneração do ativo financeiro foi reconhecida até 31 de dezembro de 2025, quando todo o ativo financeiro foi revertido para o direito de outorga e intangível da Sociedade, conforme notas explicativas nº 8 e 11.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Custos:		
Com pessoal	(6.473)	(6.023)
Serviços de terceiros	(5.421)	(5.154)
Conservação	(4.110)	(3.631)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(92)	(154)
Consumo	(1.216)	(1.364)
Transportes	(1.040)	(1.081)
Verba de fiscalização	(1.827)	(1.749)
Seguros / Garantias	(849)	(633)
Reversão (provisão) de manutenção em rodovias	344	(16.416)
Custos de serviços da construção	(25.367)	(13.882)
Depreciação / Amortização	(4.625)	(70.319)
Amortização da Outorga	(20.839)	-
Outros	(278)	(170)
Total	(71.793)	(120.576)
	31.03.2026	31.03.2025
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(2.997)	(3.190)
Serviços de terceiros	(492)	(438)
Manutenção de bens e conservação	(194)	(368)
Consumo	(135)	(187)
Transportes	(5)	(18)
Seguros/Garantias	5	(3)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(932)	(1.351)
Comunicação e <i>marketing</i>	(28)	(28)
Indenizações à terceiros	(19)	(19)
Publicações legais	-	(2)
Depreciação / Amortização	(145)	(186)
Encargos financeiros operacionais (*)	-	(2.254)
Outros	(407)	(213)
Total	(5.349)	(8.257)

(*) Em virtude da atualização financeira do ativo financeiro referente ao processo de relicitação qual a Sociedade esteve até meados do mês de novembro de 2025, quando houve a repactuação do contrato de concessão, parte dos juros sobre os empréstimos utilizado para aquisição desse ativo financeiro, foi classificada como despesa operacional.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	14.513	538
Créditos fiscais	24	2
Outras receitas	(44)	1
Total	14.493	541
	31.03.2026	31.03.2025
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(73.960)	(45.992)
Atualização monetária - excedente tarifário	-	(16.146)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(530)	(660)
Outras despesas	(2.254)	(1.371)
Total	(76.744)	(64.169)

Notas Explicativas

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de março de 2026 no valor de R\$74.829 (R\$52.200 em 31 de março de 2025), o montante de R\$869 (R\$3.954 em 31 de março de 2025) foi reconhecido como adição de intangível e infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento. No período comparativo do exercício de 2025, devido ao processo de relicitação qual a Sociedade esteve até meados do mês de novembro de 2025, em 31 de março de 2025, do montante dos juros incorridos, R\$2.586 referente aos juros do BNDES e R\$332 do montante dos juros capitalizados sobre o financiamento do BNDES foram reclassificados para despesas operacionais.

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2026	31.03.2025
Total das adições de intangível e Infraestrutura em construção (a)	56.806	17.812
Total das adições de imobilizado (b)	197	15
Juros capitalizados - debêntures privadas (a)	(394)	(3.622)
Juros capitalizados - financiamentos (a)	-	(332)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(475)	-
	56.134	13.873
Aquisição (adições)	(56.134)	(13.873)
Fornecedores	28.958	(186)
Obrigações fiscais	266	1
Contas a pagar - partes relacionadas	1.727	16
Cauções contratuais	655	138
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(24.528)	(13.904)
Fluxo de caixa imobilizado	(197)	(15)
Fluxo de caixa intangível	(24.331)	(13.889)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(24.528)	(13.904)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção 31.606 (31)

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 22.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	31.03.2026	31.03.2025
Básico/Diluído		
Prejuízo do período	(17.305)	(89.525)
Número de ações durante o período	782.865	658.918
Prejuízo por ação	(0,0221)	(0,1359)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

			31.03.2026		31.12.2025	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	195.756	195.756	3.666	3.666
Aplicação financeira	N/A	2	467.825	467.825	7.970	7.970
Contas a receber clientes	N/A	2	19.853	19.853	19.752	19.752
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	8	8	-	-
Outras contas a receber	N/A	2	30	30	41	41
Outros créditos	N/A	2	2.678	2.678	839	839
			686.150	686.150	32.268	32.268
			31.03.2026		31.12.2025	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e Financiamentos	N/A	2	-	-	111.272	111.272
Debentures privadas - partes relacionadas	N/A	2	634.006	634.006	1.462.297	1.462.297
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	28.523	28.523	25.157	25.157
Debêntures	N/A	2	1.529.390	1.569.236	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	20.773	20.773	17.058	17.058
Outras contas a pagar	N/A	2	36.404	36.404	19.523	19.523
			2.249.096	2.288.942	1.635.307	1.635.307

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Notas Explicativas

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,40%	13,00%	15,60%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(162.665)	(198.055)	(233.445)
Receita de aplicações financeiras	68.953	86.191	103.429
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(74.804)	(91.497)	(108.190)
Juros a incorrer líquido no resultado	(168.516)	(203.361)	(238.206)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 27 de março de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$19.153 (R\$19.040 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos Ltda., Conectar - Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais - Move Mais Meios de Pagamento Ltda, Veloe - Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Greenpass - Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$17.305 (R\$89.525 em 31 de março de 2025).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A Sociedade tem seu acionista como principal apoiador financeiro, com capacidade de continuar mantendo suas atividades, assegurando tanto pelo suporte financeiro atual, dos próximos 12 meses e futuro.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros (*)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	14,94%	5.949	8.530	598	1.195	1.495	2.926	2.316
Partes relacionadas	16,42%	634.006	634.006	-	-	-	634.006	-
Debêntures - CDI	16,23%	1.535.740	2.184.184	103.180	117.165	234.332	1.729.507	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	20.773	20.773	19.444	1.329	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	28.523	28.523	28.523	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	36.404	36.404	2.469	7.410	26.525	-	-
		2.261.395	2.912.420	154.214	127.099	262.352	2.366.439	2.316

(*) Média ponderada efetiva % a.a.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	200.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	333.250

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 31 de março de 2026 é de R\$132.664 (R\$147.402 em 31 de dezembro de 2025).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.
Niterói - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fluminense S.A. (Sociedade), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias referidas anteriormente incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no referido pronunciamento técnico e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Fluminense S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.324.949/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Niterói, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Fluminense S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.324.949/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Niterói, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia